



Quinquênio

Pacheco quer PEC restrita a juízes e MP; Barroso defendeu penduricalho

— Presidente do Senado enfatiza que debate sobre volta do privilégio já foi feito com o Judiciário; em março, presidente do STF disse que trabalha por aprovação no Congresso

GABRIEL HIRABAHASI
BRASÍLIA
RAYSSA MOTTA
SÃO PAULO

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu ontem que a proposta de emenda à Constituição que concede um adicional a magistrados, procuradores, promotores e outras carreiras do topo do serviço público fique restrita ao texto original. Conhecida como PEC do Quinquênio, ela é de autoria de Pacheco e foi ampliada para outras carreiras além do Judiciário e do Ministério Público ao ser aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A PEC, que agora se encontra na fase de discussão no plenário do Senado, gerou apreensão no Executivo federal e críticas contundentes de representantes da sociedade civil por resgatar um aumento automático de 5% nos vencimentos de categorias do serviço público a cada cinco anos de trabalho.

O Ministério da Fazenda estima que o custo anual do penduricalho, conforme o texto aprovado na CCJ, pode chegar a aproximadamente R\$ 42 bilhões ao ano. Na versão original, a PEC estabelece o benefício para magistrados, procuradores e promotores da ativa e aposentados. Os representantes do Judiciário são os mais empenhados na volta do penduricalho. Discutido no Congresso, o retorno do quinquênio também é analisado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Em março, durante o 10.º Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, no Rio, o presidente da Corte máxima do País, Luís Roberto Barroso, disse que vem “trabalhando” para fa-

zer avançar a PEC no Legislativo. “Nós estamos trabalhando. Eu mesmo já falei por mais de uma vez, e ainda essa semana, com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para nós conseguirmos avançar na aprovação da VTM (Valorização por Tempo da Magistratura, nome conceitual que a questão da volta do quinquênio ganhou entre os magistrados do Rio), que eu considero muito importante para a valorização da magistratura e a retenção na magistratura de quadros do meio de carreira”, afirmou o presidente do Supremo no evento.

A interlocutores, Barroso tem dito que o adicional beneficia a faixa intermediária da carreira, uma valorização que o ministro considera necessária, e não se enquadra entre abusos no topo da carreira. Para o presidente do STF, estes sim devem ser cortados. “Ainda existe uma grande atração inicial na carreira da magistratura, mas em meio de carreira, sobretudo depois da PEC da Bengala, a carreira ficou mais longa e muita gente se sente desestimulada no meio do caminho”, acrescentou.

‘CAUTELA’. Ao falar ontem sobre a PEC ampliada, Pacheco defendeu “cautela” na discussão sobre o assunto e disse que a inclusão de novas categorias, especialmente as ligadas ao Poder Executivo, deve ser negociada com o governo e ter a estimativa de impacto fiscal.

“O que causou mais preocupação por parte do Executivo (foi) com a extensão a outras carreiras que importam ao Executivo e que podemos gerar efeito cascata aos Estados. Esse cuidado vamos ter. Não se pode, de fato, por emendas, incluir carreiras sem estudo de impacto orçamentário, sem dialogar com Executivo, que é quem vai pagar”, disse ele em entrevista à GloboNews.

O Planalto negocia com o Senado a possibilidade de alteração no texto, restringindo as categorias que serão beneficiadas ou retirando os aposentados do rol de beneficiados. O presidente do Senado enfatizou, contudo, que esse debate já foi feito com o Judiciário. “Agora, a PEC sobre juízes e promotores já foi dialogada por anos com o Judiciário”, afirmou Pacheco.



Pacheco e Barroso na abertura do ano judiciário, no Supremo

“O que causou mais preocupação por parte do Executivo (foi) com a extensão a outras carreiras que importam ao Executivo e que podemos gerar efeito cascata aos Estados. Esse cuidado vamos ter. Não se pode, de fato, por emendas, incluir carreiras sem estudo de impacto orçamentário, sem dialogar com Executivo, que é quem vai pagar”

Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente do Senado

“Nós estamos trabalhando. Eu mesmo já falei por mais de uma vez com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para nós conseguirmos avançar na aprovação da VTM (Valorização por Tempo da Magistratura), que eu considero muito importante para a valorização da magistratura e a retenção na magistratura de quadros do meio de carreira”

Luís Roberto Barroso
Presidente do STF

HISTÓRICO. O pagamento do chamado Adicional por Tempo de Serviço (ATS) estava suspenso desde 2006, por decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Inconformadas, associações de magistrados iniciaram uma batalha de anos na Justiça e em entidades de classe. Os juízes federais obtiveram uma decisão favorável do Conselho da Justiça Federal (CFJ), que foi mantida no ano passado por decisão do ministro Luís Felipe Salomão, corregedor nacional de Justiça. Seu aval gerou uma reação em cadeia, que não se restringiu ao Judiciário, chegando ao Congresso.

O caso também foi parar no Supremo e, em dezembro de 2023, o ministro Dias Toffoli derrubou a suspensão dos pagamentos que havia sido determinada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A discussão sobre o tema na Corte foi suspensa por um pedido de vista do ministro Gilmar Mendes, em fevereiro. O decano tem até o dia 23 para devolver o processo à pauta do STF.

Enquanto a decisão administrativa de Salomão é debatida no Judiciário, o Legislativo pode determinar a efetiva volta do penduricalho via emenda constitucional.

No argumento de Pacheco, é necessário reconhecer a importância de carreiras do Ministério Público e do Judiciário.

Segundo ele, a combinação de PEC do Quinquênio e fim dos supersalários – proposta aprovada na Câmara e que está parada no Senado desde 2021 – significará economia para os cofres públicos. Ele ainda argumentou que, “em regimes autoritários, os primeiros a serem atacados são os juízes”, como forma de defender a valorização de carreira para esses servidores.

Na proposta aprovada na CCJ do Senado, o relator Eduardo Gomes (PL-TO) acatou emendas que estendem o quinquênio para outros agentes públicos, como integrantes da Advocacia Pública da União (AGU), Estados e Distrito Federal, membros da Defensoria Pública, delegados da Polícia Federal e ministros e conselheiros de Tribunais de Contas. Pelo texto da PEC, o acréscimo de 5% nos salários a cada período de cinco anos pode chegar até o máximo de 35%.

No plenário do Senado, a PEC precisa ser aprovada por 49 dos 81 senadores, em dois turnos. Após essa etapa, a proposta é encaminhada para a Câmara, onde é necessário o apoio de 308 dos 513 deputados, também em dois turnos. Por se tratar de emenda à Constituição, não precisa passar pelo crivo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Analistas avaliam que a PEC, além de produzir um processo de desarranjo fiscal, tem como efeito o aumento da desigualdade dentro da administração pública, na contramão de uma reforma administrativa.

RONDÔNIA. Como mostrou o Estadão, o Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ-RO), por exemplo, usou o entendimento do corregedor nacional de Justiça – de que o pagamento dos quinquênios, retroativamente, “encontrava respaldo em julgados do Supremo Tribunal Federal e que as ações coletivas, portanto, tinham efeito vinculativo” – para fazer, em fevereiro, pagamentos milionários a seus magistrados no último mês de fevereiro. Um grupo de 46 juízes e desembargadores recebeu, cada um, mais de R\$ 1 milhão bruto. Dez receberam, cada um, R\$ 1 milhão líquido na conta. ●

Alcance

R\$ 42 bi é o valor do impacto anual do quinquênio, segundo estimativa do governo

31,8 mil juízes, procuradores e promotores seriam beneficiados pela PEC, conforme o Centro de Liderança Pública (CLP)